



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

SEDC

**DISSÍDIO COLETIVO Nº 0000006-61.2011.5.05.0000DC e AGRAVO
REGIMENTAL N. 0000076-78.2011.5.05.0000AgR (apenso)**

**Suscitante/Agravante: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS,
AUTOMOBILÍSTICAS E DE AUTOPEÇAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E
ELETRÔNICO, DE INFORMÁTICA E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE
REPARO, MANUTENÇÃO E MONTAGEM DE CANDEIAS, SÃO FRANCISCO
DO CONDE, MADRE DE DEUS E SANTO AMARO, BAHIA (STIM - CANDEIAS
E REGIÃO)**

Suscitada/Agravada: NOVELIS DO BRASIL LTDA.

Redator: Desembargador ALCINO FELIZOLA

**DESPEDIDA EM MASSA. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA DE
PRÉVIA NEGOCIAÇÃO COLETIVA. ENCERRAMENTO DE
UNIDADE FABRIL DA EMPRESA SUSCITADA.
PRECEDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.
SEMELHANÇA DE CASOS. DISSÍDIO COLETIVO.** A
despedida em massa de trabalhadores, em face da sua
gravidade e da repercussão no meio social em que se
inserem os trabalhadores e a empresa, exige que se adotem
certas cautelas, de modo a conciliar o direito potestativo e de
propriedade do empregador com o seu dever de promover a
justiça e o bem-estar social. Nas sociedades modernas e
democráticas, a propriedade somente tem a sua razão de ser
caso atenda aos interesses sociais. Decerto, a negociação
coletiva prévia se apresenta como um dos meios,
desenganadamente o mais justo, de tentar mitigar os efeitos
prejudiciais da despedida em massa de trabalhadores, sem o
qual este ato ganha feição de puro arbítrio, violador, inclusive,
da boa-fé objetiva que deve nortear as partes contratantes,
seja na execução como na conclusão dos contratos, já que os
empregados são tomados pela surpresa do desligamento
conjunto e global. Na hipótese, a empresa encerrou as suas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

atividades no Estado da Bahia, fechando a única unidade fabril ali instalada, de imediato promovendo a despedida de todos os seus empregados, típico ato de desligamento em massa, recusando-se a negociar com estes e o sindicato da categoria profissional correspondente formas e meios de minimizar os efeitos, nitidamente graves e prejudiciais à comunidade, da prática abrupta. Despedidas tidas por abusivas, porém válidas porque já efetivadas com o fechamento do estabelecimento, mas declaradas ineficazes temporariamente, com a projeção dos efeitos para data posterior, coincidente à da publicação da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que soluciona a controvérsia instalada em dissídio coletivo. Semelhança com o “caso *EMBRAER*”, objeto também de dissídio coletivo, resolvido em grau de recurso pelo c. Tribunal Superior do Trabalho, em cuja oportunidade fixou-se, para as situações futuras, o precedente, ou a premissa, de que a negociação coletiva é imprescindível para as despedidas em massa de trabalhadores.

Adoto o relatório da e. Relatora, Desembargadora MARIA DE LOURDES LINHARES:

“SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS, AUTOMOBILÍSTICAS E DE AUTO PEÇAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO, DE INFORMÁTICA E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE REPARO, MANUTENÇÃO E MONTAGEM DE CANDEIAS, SÃO FRANCISCO DO CONDE, MADRE DE DEUS E SANTO AMARO, BAHIA (STIM - CANDEIAS E REGIÃO) suscita DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA, autuado sob o n. 0000006-61.2011.5.05.0000, em face da empresa NOVELIS DO BRASIL LTDA, nos termos das fls. 01/40 e dos documentos juntados às fls. 43/170. Requereu a concessão de liminar objetivando
a.1) (...) a suspensão da eficácia jurídica de todas as rescisões contratuais efetivadas ou programadas no âmbito da Suscitada, com referência a seus empregados, a partir de 01/12/2010 até o trânsito em julgado do presente feito;
a.2) notificação da Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, para que esta instância administrativa se abstenha de realizar as homologações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

das rescisões dos trabalhadores da NOVELIS e, em caso de já se terem consumado eventuais homologação pela SRT, que sejam seus efeitos jurídicos sobrestados até o trânsito em julgado do presente dissídio; a.3) fixação uma multa, não inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por cada trabalhador demitido indevidamente, ou por descumprimento individualizado do quanto contido na medida liminar ora requerida (fls. 37/38). A medida foi indeferida às fls. 267/267,v. Notificado, o Sindicato interpôs AGRAVO REGIMENTAL (autos em apenso), tendo sido mantida a decisão agravada. Contestação apresentada às fls. 38/45 (autos do Agravo Regimental).

A Exma. Sra. Desembargadora Presidente deste TRT da 5ª Região designou audiência de conciliação determinando a notificação das partes e ciência ao Ministério Público do Trabalho (fl. 171).

Na sessão de conciliação realizada no dia 11/01/2011, a tentativa de acordo não logrou êxito. Foi deferida a juntada das razões da Suscitada (fls. 175/208), acompanhadas de documentos e procuração (fls. 211/264). Em seguida, a Exma Desembargadora Presidente concedeu o prazo requerido pela Suscitada até o dia 01/02/2011 para juntar todos os termos de rescisão que estão sendo homologados perante a SRT (vide fls. 272/2.673), ao tempo em que determinou fossem os autos encaminhados ao setor competente para ser procedido o sorteio do Desembargador Relator, dando ciência ao Ministério Público, inclusive da data de julgamento (fls. 174/174,v).

Na audiência de conciliação fora concedido o prazo de 10 (dez) dias para o Suscitante apresentar sua manifestação em relação às razões apresentadas pela Suscitada e documentos com elas juntados, o que foi cumprido conforme promoção de fls. 2.676/2.692.

Por fim, ainda na ata de conciliação, a Exma Desembargadora Presidente determinou o encaminhamento dos autos ao setor competente para sorteio do Desembargador Relator, na forma regimental, designando, de logo, o dia 17/03/2011, para julgamento do presente feito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

Sorteado o processo, fui designada Relatora.

Contudo, estive afastada de minhas atividades, em gozo de férias, no período de 14/03/2011 a 12/04/2011, o que impossibilitou que o presente processo fosse julgado em 17/03/2011, conforme havia sido designado.

A Procuradoria Regional do Trabalho emitiu parecer às fls. 2.924/2.926 do presente Dissídio Coletivo, opinando pela sua extinção sem resolução do mérito e, conseqüentemente, entendendo prejudicada a apreciação do Agravo Regimental em apenso.

É O RELATÓRIO.” (sic)

V O T O

DISSÍDIO COLETIVO

**DA PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO PROCESSO
COLETIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA (arguida pela suscitada)**

A e. Relatora vota no sentido de acolher a preliminar em epígrafe, fundada em que o dissídio coletivo não é a via adequada para o sindicato veicular pedido de nulidade de despedida em massa dos trabalhadores que congrega, empregados da suscitada, com os efeitos que indica na inicial.

Permito-me divergir dessa judiciosa posição que, julgo, prende-se a definição estreita do que seja dissídio coletivo de natureza jurídica, instituto caro ao direito processual do trabalho e que, à vista da dinâmica das relações sociais e dos desdobramentos que atualmente ganharam os conflitos de interesse entre o capital e o trabalho, passou a deter especial importância e novo relevo.

Nessa linha, aliás, é que o TST julgou, em grau de recurso, caso ilustrativo, amplamente divulgado no meio nacional, em tudo e por tudo semelhante ao do presente julgamento, em que se discutiu a validade da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

despedida em massa de trabalhadores por parte da EMBRAER (processo n. TST-RODC-309/2009-000-15-00.4), não sem antes aquela Corte superior, como já o fizera o Regional, examinar e superar a preliminar levantada em idênticas condições.

Valho-me, pois, da fundamentação do acórdão prolatado, no ponto, para votar essa matéria:

“(…)

1 - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA LIMINAR CONCEDIDA E INADEQUAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA PROPOSTA

As suscitadas renovam a preliminar argüida em contestação quanto à impossibilidade jurídica da liminar concedida e inadequação da ação coletiva proposta. Sobre o tema, assim se manifestou a Corte Regional, entre outros fundamentos:

‘No tocante ao dissídio coletivo trabalhista, ensina o Professor e Ministro Ives Gandra Martins Filho que ‘A regra geral é, pois, que os dissídios coletivos constituam ações dispositivas, em que a solução do conflito coletivo se dá pela criação de novas regras e condições de trabalho, além daquelas já previstas legalmente’.

Com efeito, nos artigos 856 a 875 da Consolidação das Leis do Trabalho encontra-se todo o regramento pertinente aos dissídios ou ações coletivas que visam à criação de melhores condições de trabalho e salários, no âmbito das categorias envolvidas. São normas de procedimento, mas não comportam uma inteligência que se desvie deste propósito, ou seja, de solução de conflito de interesses ou econômico.

Não sem razão que o ilustre Professor e Ministro arremata que ‘a doutrina e a jurisprudência são unâimes em reconhecer a possibilidade do dissídio coletivo visando não à fixação de normas e condições de trabalho, mas à delimitação exata das já existentes, no sentido de interpretar as leis, acordos coletivos, convenções coletivas e sentenças normativas incidentes sobre as relações de trabalho de uma dada categoria. Trata-se do denominado dissídio coletivo de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

natureza jurídica, que se contrapõe ao dissídio coletivo de natureza econômica'.

Louvando-me deste sábio ensinamento doutrinário, ousou dizer que os dissídios coletivos jurídicos não têm um regramento procedimental específico no ordenamento jurídico, nem mesmo normas que estabeleçam condições de admissibilidade da ação ou pressupostos processuais específicos para a sua instauração. Os requisitos ou pressupostos para a instauração válida e regular do processo de dissídio de natureza jurídica são aqueles de caráter geral dos dissídios coletivos de natureza econômica. Estes, sim, previstos em lei.

A construção doutrinária e jurisprudencial, entretanto, ao criá-lo, avançou e instituiu requisitos não previstos em lei para a admissibilidade desta ação e para a instauração do processo.

É neste contexto que interpreto e aplico a Orientação Jurisprudencial nº 07 da SDC e o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, com todo o respeito que tenho por aquela Colenda Corte.

O caráter marcadamente publicista do processo de dissídio coletivo de natureza jurídica ou econômica, dada a relevância das matérias que trazem às portas do Poder Judiciário não pode ser visto nem receber igual tratamento que os procedimentos que tenham por objeto direitos individuais.

Fatos novos ou inusitados no mundo capitalista estão hoje trazendo às barras dos tribunais do trabalho fenômenos delineados por efeitos maléficos da globalização econômica, em que as dificuldades econômico-financeiras de empresas de países distantes repercutem na economia nacional, afetando número infindável de empresas e milhares de trabalhadores, requerendo dos poderes públicos, entre eles o judiciário, uma pronta e efetiva resposta.

Estes fenômenos têm levado as empresas a tomar atitudes imprevistas, que surpreendem os trabalhadores e a sociedade, como as demissões coletivas de seus empregados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

Nesse contexto, data venia daqueles que entendem em sentido contrário, penso que não é razoável nem justo que este Eg. Tribunal possa escudar-se em formalidades procedimentais para frustrar pronunciamento sobre o fundo da questão.

Aduz a suscitada que não se admite nas ações declaratórias, como se classificam os dissídios coletivos, pretensão condenatória.

Ressalto, porém, que a petição inicial contém pretensão 'de que o Tribunal instaure negociação com as suscitadas, cumulado com pedido meramente declaratório, porque o pedido é expresso de que seja, ao final, julgado procedente o dissídio coletivo de natureza jurídica para declarar nulas as demissões coletivas efetivadas sem observância da negociação prévia com os suscitantes'.

O dissídio coletivo é desenganadamente de natureza declaratória, no dizer do ministro Ives Gandra Martins Filho, acima transcrito, 'no sentido de interpretar as leis, acordos coletivos, convenções coletivas e sentenças normativas incidentes sobre as relações de trabalho de uma dada categoria'.

Não se pode desconsiderar, porém, que a suscitada compareceu à audiência de tentativa de conciliação e fez propostas de solução do conflito coletivo, o que não pode ser desprezado para a solução da questão tão intrincada.

De sorte que, não importando as palavras que empregue o suscitante, cabe ao Tribunal interpretá-las, conforme o objeto e a natureza da pretensão deduzida.

Por tais fundamentos, rejeito a preliminar.'

Em sede de recurso ordinário, as suscitadas alegam que a suspensão e a anulação das rescisões são totalmente incompatíveis com o dissídio coletivo de natureza jurídica, que, no entender da categoria econômica, dá origem a sentença desprovida de execução compulsória.

Sem razão.

Efetivamente, o dissídio coletivo de natureza jurídica tem como finalidade específica interpretar e declarar o alcance das cláusulas de sentenças normativas, de instrumentos de negociação coletiva, acordos e convenções coletivas, de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

disposições legais atinentes à categoria profissional ou econômica e de atos normativos.

A hipótese dos autos, no entanto, é excepcionalíssima, não se enquadrando inteiramente na figura clássica do dissídio coletivo de natureza jurídica.

Contudo, a matéria central aqui enfocada é eminentemente jurídica, envolvendo a interpretação quanto a aspecto fundamental da ordem jurídica: se as dispensas massivas são, ou não, regidas do mesmo modo normativo do que as dispensas meramente individuais e, não o sendo, quais as consequências jurídicas de sua regência normativa específica. Nesta medida, o presente dissídio é fundamental e preponderantemente jurídico, embora se reconheça sua natureza algo mista, quer dizer, é dissídio coletivo preponderantemente jurídico, mas também com dimensões econômicas.

Por outro lado, observa-se que não há regramento específico na ordem jurídica prevendo de que maneira o conflito aqui discutido deverá ser decidido. Trata-se de figura incomum, diferindo das demais hipóteses já previstas no ordenamento e devidamente regulamentadas por lei, pela doutrina e pela jurisprudência.

Nesse sentido, torna-se inviável a aplicação, ao evento dos autos, de requisitos formais previstos para situações diversas, com o objetivo de impossibilitar o julgamento da causa.

No entanto, na ausência de normas específicas, não pode o julgador se furtar da obrigação de dirimir a ação, não importando a nomenclatura a ela conferida, devendo encontrar soluções adequadas que possibilitem a devida prestação jurisdicional.

A Justiça do Trabalho tem competência constitucional para dirimir os conflitos coletivos, não importando a denominação. Após a promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, restou atribuída à Justiça do Trabalho a competência para julgar 'as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores' (art. 114, III, da Carta Política), fixando ainda a competência dessa justiça especializada para, 'recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente' (art. 114, § 2o).

Além disso, a Constituição Federal prevê, em seu art. 8º, III, que cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Dessarte, é inevitável a conclusão de que a apreciação da causa deve se dar pela Justiça do Trabalho, e através de dissídio coletivo genericamente considerado, já que este é o instrumento adequado para análise de questões envolvendo entes coletivos normativamente especificados.

Ademais, conforme destacado pela Corte Regional, trata-se de conflito social de máxima relevância, que não pode ser desprezado por mera formalidade processual. As repercussões do fato aqui julgados influenciam não apenas os diretamente interessados, mas a sociedade como um todo, devendo o Direito dar uma resposta concreta à questão trazida à análise.

Nego provimento.

(...)" – destaques da transcrição –

São, estes, portanto, os fundamentos pelos quais REJEITO a preliminar.

DA PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.
AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA A INSTAURAÇÃO DO DISSÍDIO
COLETIVO DE NATUREZA JURÍDICA. INOBSERVÂNCIA DE REQUISITO
FORMAL (também levantada pela suscitada)

Quanto a esta preliminar, adoto a fundamentação expendida pela e. Relatora, Desembargadora MARIA DE LOURDES LINHARES, nos seguintes termos:

"Argüi a suscitada a preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito, ao argumento de que não há nos autos documentos que comprovem a prévia e necessária realização de assembléia para a autorização expressa da categoria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

quanto ao ajuizamento do presente dissídio coletivo, conforme disposto no art. 859 da CLT.

De fato, o art. 859 da CLT determina como uma das condições para instauração da instância, a aprovação em assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio, em primeira convocação, por maioria de 2/3 dos associados, e em segunda, por 2/3 dos presentes.

Contudo, em se tratando de dissídio coletivo de natureza jurídica, e somente nesta hipótese, entendo desnecessária a aprovação mediante assembléia para a sua instauração, desde que haja previsão estatutária autorizando a entidade sindical a firmar acordo e convenção coletiva de trabalho e, ainda, a suscitar dissídio coletivo.

No caso dos autos, o documento juntado às fls. 50/67, que se constitui no Estatuto do Sindicato suscitante, contém previsão expressa neste sentido (vide art. 3º, alínea 'b', fl. 51).

Logo, não há falar em inobservância de requisito formal.

REJEITA-SE a preliminar.” (sic)

DO MÉRITO

**FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DA
SUSCITADA. RESCISÕES CONTRATUAIS EM MASSA**

Cuida o litígio da validade e eficácia de despedida em massa de trabalhadores, operada pela empresa suscitada, movida pelo interesse de encerrar as suas atividades neste Estado.

Malgrado não recuse a observação da e. Relatora, no sentido de que o encerramento da unidade fabril da suscitada neste Estado tenha com o risco do negócio, a conduzir, como consequência lógica, o rompimento coletivo dos contratos de trabalho mantidos com os seus empregados, não vejo como disso extrair que, nesses casos, a conduta exigida é a mesma das despedidas individuais.

De fato, a despedida em massa de trabalhadores, sobretudo em decorrência do encerramento das atividades da empresa, é por demais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

impactante na economia local, no meio social e no universo das famílias dos empregados. Há, por isso mesmo, necessidade de regular esse ato, adotando-se, inclusive, mecanismos que objetivem diminuir os seus efeitos deletérios. Surge então a negociação coletiva, instrumento apto a compor interesses divergentes, com vistas a disciplinar as condições do ato de despedida maciça.

Observa-se, desse modo, que não há nessa providência o impedimento a que o empregador resolva os contratos de trabalho, senão que o faça mitigando os efeitos nocivos à sociedade e aos trabalhadores, com o que estará ela, detentora dos meios de produção, colocando a sua propriedade em favor do alcance do fim social por expresso comando ditado pela Constituição Federal. Objetar a suscitação do dissídio fincando-se na despedida como ato de puro arbítrio é despojar, portanto, a propriedade privada do dever de promover a justiça e o bem-estar social, seu fim último.

É preciso, então, conciliar, na prática, esses princípios, de feição nitidamente constitucional, na solução de conflitos como o presente, em que o suscitante, como legítimo representante dos trabalhadores, sem recusar o reconhecimento do direito potestativo da empresa, pede que o seu exercício se opere com a adoção de cautelas, sem o que deverá ser tido por inválido, enquanto a suscitada pretende exercitá-lo livre de toda e qualquer condição.

Sobre ser lícito ao Judiciário se imiscuir em conflitos com esses contornos, dúvida não existe mais desde o julgamento, pelo c. TST, do processo n. TST-RODC-309/2009-000-15-00.4 (caso EMBRAER). Conquanto o e. Ministro Relator MAURÍCIO GODINHO DELGADO tenha ficado vencido na parte que declarava a abusividade das dispensas operadas em massa, porque sem prévia negociação coletiva e em violação à boa-fé objetiva, o certo é que a Corte fixou a premissa, para os casos futuros, de que a negociação coletiva é imprescindível para a dispensa em massa de trabalhadores.

Na espécie, em relação àquele processo da EMBRAER, julgado como foi em agosto de 2009, com publicação do acórdão no mês de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

setembro imediatamente seguinte, o presente dissídio coletivo, ajuizado em dezembro de 2010, configura “caso futuro”, ou seja, atrai, ao menos em tese, a aplicação da premissa jurídica delineada pelo c. TST. Nessa ordem de ideias, cabe agora verificar, na prática, sobre a procedência da suscitação. Antes, porém, impende fazer algumas considerações, fortes na doutrina, em torno da despedida em massa como fato merecedor de tratamento jurídico, especialmente pelos julgadores.

JEAN CRUET, advogado francês e professor da Faculdade de Direito de Sorbonne, já advertia, em 1908, como que rompendo com o positivismo jurídico então predominante:

“Mas como o órgão legislativo não preenche nunca, e não pode preencher na integridade perfeita da sua definição teórica, da sua concepção racional, a função de criar as regras do direito, e esta função deve ser entretanto preenchida, o juiz intervém como uma espécie de legislador suplente, e intervém por assim dizer à força, porque lhe é impossível não intervir.” (A Vida do Direito e a Inutilidade das Leis).

O professor MAURO CAPPELLETTI, ao analisar as causas do fenômeno moderno do crescimento da inevitável criatividade da interpretação judiciária, por ele denominada de “revolta contra o formalismo”, assegura que “o juiz não pode mais se ocultar, tão facilmente, detrás da frágil defesa da concepção do direito como norma preestabelecida, clara e objetiva, na qual pode basear sua decisão de forma ‘neutra’. É envolvida sua responsabilidade pessoal, moral e política, tanto quanto jurídica, sempre que haja no direito abertura para escolha diversa. E a experiência ensina que tal abertura sempre ou quase sempre está presente.” (Juízes Legisladores?, Sergio Antônio Fabris Editor, 1999, p. 33).

Inegável, portanto, que as decisões judiciais constituem uma contribuição criativa, pressupondo ela, não raro, a escolha entre duas alternativas ao mesmo tempo admissíveis, até porque “O ato de julgar não obedece a meras exigências lógico-formais, implicando sempre apreciações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

valorativas (axiológicas) dos fatos, e, não raro, um processo de interpretação da lei, aplicável ao caso, graças a um trabalho que é antes de 'dedução amplificadora'. Muitas vezes, para julgar uma ação, o juiz é levado por força geral e unitária do ordenamento jurídico, a combinar preceitos, chegando a consequências normativas que não se continham, à primeira vista, nas proposições por ele criadoramente aproximadas. Donde podemos concluir que o ato de subordinação ou subsunção do fato à norma não é um ato reflexo e passivo, mas antes um ato de participação criadora do juiz, com a sua sensibilidade e tato, sua intuição e prudência, operando a norma como substrato condicionador de suas indagações teóricas e técnicas" (MIGUEL REALE, Lições Preliminares de Direito, Saraiva, 2009, p. 85 e 302).

De igual modo, importante contribuição traz o ilustre professor LUÍS ROBERTO BARROSO:

"A interpretação jurídica tradicional desenvolveu-se sobre duas grandes premissas: (i) quanto ao papel da norma, cabe a ela oferecer, no seu relato abstrato, a solução para os problemas jurídicos; (ii) quanto ao papel do juiz, cabe a ele identificar, no ordenamento jurídico, a norma aplicável ao problema a ser resolvido, revelando a solução nela contida. Vale dizer: a resposta para os problemas está integralmente no sistema jurídico e o intérprete desempenha uma função técnica de conhecimento, de formulação de juízos de fato. No modelo convencional, as normas são percebidas como regras, enunciados descritivos de condutas a serem seguidas, aplicáveis mediante subsunção. Com o avanço do direito constitucional, as premissas ideológicas sobre as quais se erigiu o sistema de interpretação tradicional deixaram de ser integralmente satisfeitas. Assim: (i) quanto ao papel da norma, verificou-se que a solução dos problemas jurídicos nem sempre se encontra no relato abstrato do texto normativo. Muitas vezes só é possível produzir a resposta constitucionalmente adequada à luz do problema, dos fatos relevantes, analisados topicamente; (ii) quanto ao papel do juiz, já não lhe caberá apenas uma função de conhecimento técnico, voltado para revelar a solução contida no enunciado normativo. O intérprete torna-se co-participante do processo de criação do Direito, completando o trabalho do legislador,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

ao fazer valorações de sentido para as cláusulas abertas e ao realizar escolhas entre soluções possíveis.” (Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito – O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado n. 9, março/abril/maio 2007).

O juiz, portanto, de há muito não é “*la bouche de la loi*” como preconizado por MONTESQUIEU. O magistrado, assim, “*não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos; porém como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos Códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria-prima da lei, uma obra de elegância moral e útil à sociedade. Não o consideram autômato; e, sim, árbitro da adaptação dos textos às espécies ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social.*” (CARLOS MAXIMILIANO, *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Freitas Bastos, 8ª edição, p. 71).

Apesar dos juristas da escola positivista não terem apreço pelas possibilidades criadoras de correntes da admissão de cláusulas gerais, “O pensamento lógico-formal é necessário à compreensão do sistema jurídico. O direito, todavia, não se esgota com o mero exercício dos axiomas lógicos-formais. Daí, por que, em determinado momento histórico, o direito sempre apresenta lacunas que a interpretação vai preenchendo sem nunca chegar ao ideal de desvendar *in totum* o corpus juris vigente, atingindo, assim, as suas últimas fronteiras.” (A Obrigação como Processo, Clóvis V. do Couto e Silva, FGV, 2006, p. 68).

Volto, pois, o meu olhar para a responsabilidade social da empresa, a qual o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial – associação sem fins lucrativos que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa – conceitua como sendo “*aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores,*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. Estudioso da matéria, ERNESTO LIMA GONÇALVES (Responsabilidade Social da Empresa, Revista de Administração Empresarial, out-dez/1984, p. 231/232) assegura que a idéia da otimização do lucro não pode permanecer o objetivo único da atividade empresarial, existindo ela para o cumprimento de objetivos de natureza econômica e de natureza social, marcadas que estão por uma tríplice realidade: econômica, humana e social.

Nesse caminhar converge PATRÍCIA ALMEIDA ASHLEY (Ética e Responsabilidade Social nos Negócios, Saraiva, 2003, p. 7/9), que define a responsabilidade social empresarial como *“toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”*, norteadas essa responsabilidade em sete vetores: apoio ao desenvolvimento da comunidade em que está inserida; preservação do meio ambiente; investimentos no bem-estar de funcionários e no ambiente de trabalho; comunicações transparentes; retorno aos acionistas; sinergia com parceiros; satisfação de clientes e consumidores, respectivamente nessa ordem.

A base dessa responsabilidade social é a ética que se expressa através das regras e princípios que pautam decisões de indivíduos e grupos de trabalho e valores adotados pela empresa na condução dos seus negócios. Dentro desse quadro, é possível concluir que a gestão e condução, pela suscitada, da ruptura coletiva dos contratos de trabalho dos seus empregados – contratos que deixaram de ser simples instrumento de atuação da autonomia privada para desempenhar, também eles, função social – não se fez de forma transparente, sendo que critérios baseados exclusivamente em redução de gastos não condizem com o respeito e a responsabilidade que as empresas devem ter com o seu público interno. Aliás, uma das formas de se avaliar a postura ética das empresas, e, conseqüentemente, a sua responsabilidade social,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

é examinar como manejam esse processo. Lamentável, e porque não dizer condenável, foi a atitude empresarial do “efeito surpresa”, do “fato consumado”, da “decisão irreversível”. A gravidade do fenômeno da dispensa maciça reclama resposta eficaz dentro de princípios (da razoabilidade, da proporcionalidade, da ponderação, da boa-fé objetiva), sendo indispensável que a negociação coletiva – instrumento catalisador na busca de alternativas minimizadoras dessa extrema medida – fosse previamente implementada.

Pois bem; já agora propondo à resolução do conflito instaurado, mas atento à circunstância de que a suscitada cessou o funcionamento da sua única unidade fabril neste Estado:

(a) **declaro abusiva**, porque promovida sem prévia negociação coletiva, a despedida em massa dos trabalhadores, empregados da suscitada, integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato suscitante;

(b) **declaro**, ainda, a ineficácia – não a nulidade – das despedidas desde a data em que praticadas até a da publicação da decisão proferida neste processo coletivo, bem assim dos eventuais atos de homologação;

(c) **defiro**, a título de indenização/compensação, aos trabalhadores os salários e as vantagens legais e normativas do período em que perdurar a ineficácia das despedidas;

(d) **indefiro** a reintegração dos trabalhadores, ressaltando, porém, o direito daqueles porventura detentores de garantia no emprego ou de estabilidade por força de norma legal ou coletiva ao recebimento das indenizações correspondentes, sem prejuízo de outras devidas na forma deste julgamento;

(e) **declaro** a manutenção dos planos de assistência à saúde nas mesmas condições vigentes no curso do contrato, enquanto ineficazes as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

despedidas, assegurando-se o direito ao ressarcimento dos prejuízos e danos suportados pelos beneficiários – trabalhadores e familiares – por ato indevido de suspensão ou interrupção da cobertura durante o período em que esta deva ocorrer;

(f) **declaro** o direito dos trabalhadores às vantagens espontaneamente ofertadas pela suscitada em adição às legal e normativamente devidas, sendo-lhe vedada a dedução ou compensação com qualquer outra; e

(g) **indefiro** os pedidos das alíneas b.6 e b.7 da inicial por incompatível com a decisão adotada.

Eis a solução que adoto no tocante ao objeto nuclear do dissídio, em divergência, portanto, com o voto da e. Relatora.

BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

Aqui, mais uma vez adoto os fundamentos da e. Relatora, Desembargadora MARIA DE LOURDES LINHARES:

“O benefício da gratuidade da Justiça não contempla pessoas jurídicas, como é o caso do Sindicato Suscitante, mas tão-somente o hipossuficiente, pessoa física. Com efeito, como se depreende do teor do § 3º do art. 790 da CLT e, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº. 1.060/50, bem como dos artigos 14 a 17 da Lei nº. 5.584/70, a concessão do benefício em tela se restringe ao empregado cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou do de sua família.

Por outro lado, figurando o ente sindical na qualidade de parte na demanda judicial, ainda que na condição de substituto processual, não lhe cabe invocar o estado de miserabilidade dos empregados substituídos para efeito de se verem agraciados com o beneplácito da gratuidade da justiça.

Nesse sentido ementa, oriunda do TST, a seguir transcrita:

‘AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DESERÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DESERÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS. SINDICATO. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se de pessoa jurídica inviável a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

concessão de isenção de custas processuais, a pretexto de assistência judiciária, porquanto os arts. 1º e 2º da Lei nº. 1.060/50 preconizam tal benefício tão-somente às pessoas físicas necessitadas, cuja situação econômica não lhes permita arcar com as despesas processuais, inclusive custas, bem como os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Na Justiça do Trabalho o benefício da assistência judiciária gratuita, instituída pelo art. 14 da Lei nº. 5.584/70, remete aos mesmos requisitos previstos na Lei nº. 1.060/50, reputando hipossuficiente a pessoa física que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou comprovar o seu estado de insuficiência econômica. Ademais, o benefício da gratuidade dos serviços judiciais instituídos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, está regulamentado nas Leis nº.s 5.584/70 e 1.060/50. Logo, ao sindicato, pessoa jurídica de direito privado, não se concede igual benefício. Agravo de instrumento não provido'. (PROC. Nº. TST-AIRR-773755/2001.0 - 4ª Turma - Relator Desembargador Convocado JOSÉ ANTÔNIO PANCOTTI - DJ 24/09/2004).

O benefício da gratuidade judiciária, portanto, não é devido."

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indefiro a verba honorária porque a declaração de insuficiência econômico-financeira depende de prova, afinal não ministrada, não desfrutando de presunção de veracidade quando prestada por pessoa jurídica.

CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Neste tópico, volto a adotar a fundamentação declinada pela e. Relatora, Desembargadora MARIA DE LOURDES LINHARES:

"Requer a suscitada seja o suscitante condenado ao pagamento de multa por litigância de má-fé.

Sua pretensão não procede.

Não vislumbro nos autos hipótese que autorize a condenação do suscitante em litigância de má-fé. A sanção prevista no art. 18 do CPC somente deve incidir quando a parte adotar, intencionalmente, conduta maliciosa e desleal, pois não se



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

pode olvidar que lhe é assegurado o exercício do amplo direito de ação.

No presente caso, não ficou comprovada nenhuma das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Ademais, a suscitada sequer alegou ter sofrido prejuízos, de modo a se justificar a fixação da multa, em face de litigância de má-fé.

Logo, indefere-se o pedido.”

Ex positis, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o dissídio, para os fins constantes da fundamentação supra.

AGRAVO REGIMENTAL (autos apensos)

PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO

A finalidade do agravo é cassar a decisão da e. Relatora que indeferiu a liminar postulada. Em outras palavras: evitar que se operem as despedidas e, quanto às já efetivadas, as homologações pelo órgão administrativo.

O julgamento conjunto do dissídio e do agravo regimental revela a falta superveniente de interesse recursal. De mais a mais, as despedidas foram concretizadas e nada revela que, em face do longo tempo decorrido, o ato de homologação das rescisões não haja sido praticado.

Destarte, divirjo da e. Relatora para, ao invés de avançar no mérito do agravo, INADMITI-LO.

Isto posto, acordam os Desembargadores Federais do Trabalho da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, por maioria e com voto de qualidade da Ex.ma Sra. Desembargadora Presidente, na forma do art. 45, inc. XVII, do Regimento Interno, rejeitar a preliminar de extinção sem resolução do mérito por inadequação da via eleita; à unanimidade, rejeitar a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

preliminar de extinção sem resolução do mérito por ausência de autorização para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica-inobservância de requisito formal e, no mérito, também por maioria e com voto de qualidade da Ex.ma Sra. Desembargadora Presidente, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o dissídio coletivo para: (a) declarar abusiva, porque promovida sem prévia negociação coletiva, a despedida em massa dos trabalhadores, empregados da suscitada, integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato suscitante; (b) declarar, ainda, a ineficácia - não a nulidade - das despedidas desde a data em que praticadas até a da publicação da decisão proferida neste processo coletivo, bem assim dos eventuais atos de homologação; (c) deferir, a título de indenização/compensação, aos trabalhadores os salários e as vantagens legais e normativas do período em que perdurar a ineficácia das despedidas; (d) indeferir a reintegração dos trabalhadores, ressalvando, porém, o direito daqueles porventura detentores de garantia no emprego ou de estabilidade por força de norma legal ou coletiva ao recebimento das indenizações correspondentes, sem prejuízo de outras devidas na forma deste julgamento; (e) declarar a manutenção dos planos de assistência à saúde nas mesmas condições vigentes no curso do contrato, enquanto ineficaz as despedidas, assegurando-se o direito ao ressarcimento dos prejuízos e danos suportados pelos beneficiários - trabalhadores e familiares - por ato indevido de suspensão ou interrupção da cobertura durante o período em que esta deva ocorrer; (f) declarar o direito dos trabalhadores às vantagens espontaneamente ofertadas pela suscitada em adição às legal e normativamente devidas, sendo-lhe vedada a dedução ou compensação com qualquer outra; e (g) indeferir os pedidos das alíneas b.6 e b.7 da inicial por incompatível com a decisão adotada. Indeferidos, ainda por maioria, os pedidos de assistência judiciária gratuita e honorários advocatícios, vencida neste ponto a Ex.ma Sra. Desembargadora Presidente, que os deferia. Vencidas as Ex.mas Sras. Desembargadoras **LOURDES LINHARES**,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

Gabinete do Desembargador Federal do Trabalho ALCINO FELIZOLA

Relatora, e NÉLIA NEVES, que acolhiam a preliminar de extinção por inadequação da via eleita e, no mérito, julgavam improcedente o presente dissídio coletivo. Quanto ao Agravo Regimental apenso, por maioria, resolveu inadmiti-lo, vencida a Ex.ma Sra. Desembargadora Relatora que, adentrando o mérito, negava provimento ao recurso. Custas de R\$200,00 (duzentos reais), pela suscitada, calculadas sobre o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) arbitrado à causa pela Ex.ma Sra. Desembargadora Presidente, na forma da lei.

Salvador, 18 de agosto de 2011

ALCINO FELIZOLA
Desembargador Redator